



1º Termo aditivo da Política de Investimentos 2021

Elaborada de acordo com o item 3.2.6 da versão 3.2 do Manual do Pró-Gestão RPPS

Texto aprovado pelo Comitê de Investimentos (reunião ordinária de 07/06/2021) e pelo Conselho Municipal de Previdência na reunião extraordinária de 16/07/2021.



PREFEITURA DE
RIO PRETO



Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto – RIOPRETOPREV

1º termo aditivo – Julho de 2021

Edinho Araújo
Prefeito Municipal

Jair Moretti
Diretor Superintendente

Conselho Municipal de Previdência

Angelo Bevilacqua Neto – Membro Titular
Wilclem de Lazari Araújo – Membro Titular
Leandro Jamil Morgado – Membro Titular
Carlos Henrique de Oliveira – Membro Titular
Elias Viana dos Santos Junior – Membro Titular
Rosycarmen Pontes Gestal Alvares – Membro Titular
Andréia Peres – Membro Suplente
Sandra Regina Tobias – Membro Suplente
José Martinho Wolf Ravazzi Neto – Membro Suplente
Valter de Lucca – Membro Suplente
Greziele Matias de Paula Domingues – Membro Suplente
Adriana Rambaiolo Tonin – Membro Suplente

Conselho Fiscal

Fabiano Luís Medeiros Sanches – Membro Titular
Roberto Carlos Menoni Junior – Membro Titular
Daniel Henrique Martins Biot - Membro Titular
Dimas Fernandes – Membro Suplente
Rosimere Cleide Souza Desiderio – Membro Titular
Maura Alves de Almeida – Membro Suplente
Aline Caroline Mancera de Carvalho – Membro Suplente
Victor Hugo Yamamoto – Membro Suplente

Comitê de Investimentos

Patrícia Nato Toninato Bartolomei - Coordenadora

Adriano Antonio Pazianoto - Membro

Daniel Henrique Matins Biot - Membro

Hélio Antunes Rodrigues - Membro

Mário José Piccarelli de Castro - Membro

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



PREFEITURA DE
RIO PRETO



Assinado por 5 pessoas: PATRICIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO, JAIR MORETTI, EDSON EDINHO COELHO ARAUJO e ANGELO BEVILACQUA NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 9DE7-D2EF-7DE5-6C56



Sumário

1	Introdução	4
2	Diretrizes Gerais	5
3	Carteira Atual	6
4	Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro	6
5	Alocação Objetivo.....	9
6	Aquisição de títulos públicos	11
7	Considerações Finais	11

1 Introdução

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - RIOPRETOPREV, efetuou o estudo Asset Liability Management (ALM), prática do mercado financeiro que realiza o gerenciamento de riscos para evitar o descasamento entre ativos e passivos, objetivando obter a máxima rentabilidade com o menor risco possível.

O item 3.2.6 do Manual do Pró-Gestão RPPS prevê que para o atingimento do nível III da ação “política de investimento, o RPPS deverá utilizar o *Asset Liability Management* – ALM (gerenciamento de ativos e passivos) para elaboração do diagnóstico da carteira de investimentos atual e eventual proposta de revisão de alocação das aplicações financeiras da política de investimentos, visando à otimização da carteira de investimentos.

O Manual ainda estabelece que o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) deverá seguir a macroalocação através da Fronteira Eficiente de Markowitz nos RPPS com fundo capitalizado. Os estudos de ALM deverão cumprir requisitos mínimos¹ também estabelecidos manual do Pró-Gestão, devendo ter o objetivo precípuo de buscar o cumprimento da meta atuarial, em consonância com os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

Cumprir salientar que desde o final de 2019 a carteira do instituto não sofreu grandes mudanças, tendo sido feitos apenas ajustes pontuais de acordo com o cenário. Entretanto, em 2020 tivemos uma grande ruptura no mercado e que passou a demandar algumas alterações de estratégias na busca pelo atingimento da meta atuarial.

O presente termo aditivo vem propor a adequação da alocação objetivo diante do resultado do estudo de ALM, por todo o exposto.

¹ O estudo de gerenciamento de ativos e passivos através do ALM deverá atender aos seguintes requisitos mínimos: Uso da teoria da fronteira eficiente de Markowitz; busca da Carteira Ótima (com melhor proporção entre retorno e risco); considerar os limites de alocação e exclusão de ativos vedados, conforme determinação da Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações posteriores; adotar o fluxo de passivo resultado da Avaliação Atuarial realizada em conformidade com a Portaria MF nº 464/18 e alterações posteriores; ponderações nos cenários de pré-crise, crise e pós-crise; e escolha da base histórica do próprio ativo para cálculo de riscos e correlação com outros ativos (na ausência de uma base histórica própria deverá ser adotado um benchmark diretamente relacionado ao segmento do ativo).

2 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos neste termo aditivo da P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos da RIOPRETOPREV, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

Este termo aditivo entrará em vigor após sua aprovação e seu horizonte de planejamento se estende até dezembro de 2021.

O presente termo aditivo atende ao disposto na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações e ao disposto na Portaria MPS nº 519/11 e alterações, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses da RIOPRETOPREV, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, a RIOPRETOPREV deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

Ficam mantidos todos os demais itens da Política de Investimentos não mencionados nesse termo.

3 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 31/05/2021.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN Nº 3.992/11)	LIMITE PRÓ- GESTÃO Nível II	CARTEIRA
Renda Fixa	100%	100%	64,09%
Renda Variável e Investimentos Estruturados	30%	40%	29,18%
Investimentos no Exterior	10%	10%	6,73 %

4 Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro

4.1 Retrospectiva Macroeconômica¹

Como sabemos, e ainda hoje sob os diversos efeitos negativos do Covid-19, o ano de 2020 foi marcado por uma crise econômica global sem precedentes, tendo sua origem fora do mercado financeiro ou de eventos econômicos, mas de ordem puramente sanitária, com perdas de milhares de vidas, empregos e o fechamento de empresas.

A partir de meados de fevereiro de 2020, e mundo a fora, todas as atenções se voltaram para o surto do Covid-19, com grande preocupação com alguns países Europeus, notadamente Itália, Espanha e Alemanha. A principal medida para tentar conter o pico de infecção pelo vírus Covid-19 foi o isolamento social, juntamente com o fechamento de atividades comerciais não essenciais e fechamento de fronteiras, trazendo a reboque severos e generalizados impactos econômicos por todo o mundo. Em decorrência disso, observamos o pânico generalizado nos mercados financeiros, sem que houvesse condições razoáveis de previsões seguras nas semanas seguintes, com grande aversão ao risco e busca por ativos tidos como mais seguros.

A partir daí e nas semanas seguintes, dada a extrema aversão à riscos, houve quedas generalizadas nos mercados pelo mundo afora, tanto em ativos de renda fixa, como em ativos de renda variável, em especial nas bolsas de valores, com quedas históricas e ocorrência de diversos circuit breakers pelo globo, Brasil inclusive. Na Bovespa, a B3, a partir de 09.03.2020, houve utilização desse recurso por cinco vezes, sendo que em um deles, a queda durante o pregão chegou a 13,91%, em

12.03.2020.

Abaixo, no intuito de apresentar alguns dos principais movimentos de mercado em 2020, apresentamos uma tabela de rentabilidade, para o período de 01.01.2020 até 31.12.2020. Por simplicidade, nele utilizamos alguns dos principais indicadores do mercado local para renda fixa (CDI, IRF-M e IMA-B) e renda variável (Ibovespa), adicionando um indicador de bolsa internacional (S&P 500), câmbio e um índice representativo de meta atuarial, no caso, o IPCA + 6%.

Ativo	Retorno	Volatilidade Anualizada
S&P 500 (dolarizado)	49,89%	32,60%
Dólar	28,93%	20,30%
IPCA + 5,41% (meta atuarial)	10,65%	0,36%
IRF-M	6,69%	6,04%
IMA-B	6,41%	12,68%
Carteira RIOPRETOPREV	6,38%	13,65%
Ibovespa	2,92%	44,41%
CDI	2,76%	0,06%

Na tabela acima, fica evidenciada a boa performance do índice S&P 500, com retorno de 49,89% ao final de 2020. Ainda que também tenha sofrido forte queda, a partir da segunda quinzena de fevereiro de 2020, refletindo a maior força e dinamismo da economia americana, e, ainda com menor queda, menor volatilidade, e recuperação mais rápida frente ao Ibovespa (+2,92%), a taxa de retorno do S&P 500 também foi potencializada pela alta do dólar aqui no mercado local. Se considerarmos o S&P 500 com a moeda original, em Dólar, o retorno nominal foi de 16,26%. Por curiosidade, e da mesma forma, se olharmos o Ibovespa na cotação em Dólar (ótica do investidor internacional), o Ibovespa teve uma queda de 20,20% em 2020.

A puxada do Dólar também refletiu, em medida relevante, a forte aversão ao risco pelo investidor internacional, com a troca de ativos mais voláteis por ativos tidos como mais seguros, em especial de renda variável por títulos públicos do governo norte americano. Em câmbio, pesou também, a partir de agosto de 2020, a desconfiança do investidor estrangeiro em relação à dinâmica da dívida pública brasileira.

Texto extraído do relatório “Desempenho de Índices e Indicadores Financeiros em 2020” produzido e disponibilizado pela LDB Consultoria

4.2 Relatório Focus

Para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), as projeções para 2021 subiram de 5,31% para 5,44%. Para 2022, a previsão para o IPCA subiu de 3,68% para 3,70%. Para 2023, as estimativas ficaram em 3,25%. O índice ficou em 3,25% nas projeções para 2024.

A projeção para a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) saiu de 3,96% para 4,36% este ano. Para 2022, a estimativa subiu de 2,25% para 2,31%. As projeções permaneceram em alta de 2,50% para 2023 e 2024.

A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar é de R\$5,30 para este ano e para 2022. Já para 2023, a projeção ficou R\$5,20 e ficou em R\$5,06 em 2024.

A projeção para a taxa básica de juros, a Selic, tem sido elevada e ficou em 5,75 para esse ano. Para 2022, a perspectiva também é de elevação e ficou em 6,5%, percentual também mantido em 2023 e 2024.

 BANCO CENTRAL DO BRASIL		Focus		Relatório de Mercado				 							
Expectativas de Mercado								4 de junho de 2021							
								▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade							
Mediana - Agregado		2021		2022		2023		2024							
	Há 4 semanas semana	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal* semana	Resp.**	Há 4 semanas semana	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal* semana	Resp.**	Há 4 semanas semana	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal* semana	Resp.**
IPCA (%)	5,06	5,31	5,44	▲ (9)	115	3,61	3,68	3,70	▲ (4)	113	3,25	3,25	3,25	▲ (47)	92
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	5,15	5,49	5,51	▲ (9)	63	3,50	3,66	3,70	▲ (2)	61	3,25	3,25	3,25	▲ (40)	48
PIB (% de crescimento)	3,21	3,96	4,36	▲ (7)	73	2,33	2,25	2,31	▲ (1)	63	2,50	2,50	2,50	▲ (118)	50
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,35	5,30	5,30	▲ (3)	102	5,40	5,30	5,30	▲ (2)	100	5,20	5,19	5,20	▲ (1)	70
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	5,50	5,75	5,75	▲ (1)	113	6,25	6,50	6,50	▲ (3)	111	6,50	6,50	6,50	▲ (10)	83
IGP-M (%)	14,81	18,52	18,81	▲ (7)	67	4,18	4,35	4,50	▲ (3)	59	4,00	4,00	4,00	▲ (7)	52
Preços Administrados (%)	8,11	8,20	8,27	▲ (2)	50	4,30	4,28	4,25	▼ (1)	48	3,60	3,78	3,85	▲ (3)	36
Produção Industrial (% de crescimento)	5,50	5,50	6,10	▲ (1)	13	2,00	2,30	2,40	▲ (1)	10	3,00	3,00	3,00	▲ (8)	8
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-1,80	-1,06	-1,08	▼ (2)	22	-20,30	-17,50	-18,60	▼ (2)	19	-30,00	-26,00	-21,00	▲ (3)	11
Balança Comercial (US\$ bilhões)	64,00	68,00	68,00	▲ (1)	21	55,02	60,00	60,35	▲ (2)	18	55,45	57,00	60,60	▲ (3)	9
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	55,01	58,00	57,65	▼ (1)	20	63,50	65,00	65,70	▲ (2)	17	66,00	70,00	70,00	▲ (1)	12
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	64,50	63,20	62,48	▼ (2)	20	66,20	65,65	64,40	▼ (2)	19	69,00	67,10	66,60	▼ (2)	14
Resultado Primário (% do PIB)	-3,10	-3,00	-2,85	▲ (1)	26	-2,00	-2,00	-1,90	▲ (1)	25	-1,10	-1,10	-1,10	▲ (1)	18
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,20	-7,10	-7,10	▲ (1)	18	-6,60	-6,65	-6,55	▲ (1)	17	-6,60	-6,60	-6,27	▲ (1)	12
* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente															
2021 2022 2023 2024															

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente

2021 — 2022 — 2023 — 2024

4.3 Perspectiva

Observaremos durante os próximos dias o desenrolar da CPI do Covid, que vem apresentando um grau de sensibilidade considerável em relação aos ativos de risco do Brasil.

As expectativas positivas em relação ao Brasil, passam por um processo de imunização mais eficiente.

Teremos agora que acompanhar as decisões dos Bancos Centrais em relação a política monetária, que indica seguir com medidas contracionistas, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia.

Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. Podendo se esperar mais

mudanças na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central.

A partir disso, teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada, agora com a Câmara e Senado definidos.

Devemos observar também o processo de imunização da população brasileira com novas vacinas podendo entrar no plano inicial e agora com possível produção nacional com a ButantanVac.

Caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento inesperado e brusco na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para a o momento atual da economia. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais.

5 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Pró Gestão Nível II	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Títulos Públicos	100%	100%	0,00%	0,00%	40,00%	Art. 7º, I, "a"
Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%	100%	10,00%	39,00 %	70,00%	Art. 7º, I, "b"
Fundos de Índice 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%	100%	0,00%	0,00%	40,00%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas	5%	5%	0,00%	0,00%	5%	Art. 7º, II
Fundos Renda Fixa Referenciados	60%	70%	0,00%	12,00%	20,00%	Art. 7º, III, "a"
Fundos de Índice Renda Fixa Referenciados	60%	70%	0,00%	0,00%	40,00%	Art. 7º, III, "b"

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Pró Gestão Nível II	Limite Inferior	Alocação o Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Fundos de Renda Fixa	40%	50%	0,00%	11,10%	40,00%	Art. 7º, IV, "a"
Fundos de Índice de Renda Fixa	40%	50%	0,00%	0,00%	10,00%	Art. 7º, IV, "b"
Letras Imobiliárias Garantidas	20%	20%	0,00%	0,00%	5,00%	Art. 7º, V, "b"
Cédula de Depósito Bancário	15%	15%	0,00%	0,00%	5,00%	Art. 7º, VI, "a"
Poupança	15%	15%	0,00%	0,00%	5,00%	Art. 7º, VI, "b"
Cota Sênior de FIDC	5%	10%	0,00%	0,00%	5,00%	Art. 7º, VII, "a"
Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	5%	15%	0,00%	0,60%	5,00%	Art. 7º, VII, "b"
Fundo de Debêntures	5%	10%	0,00%	0,00%	5,00%	Art. 7º, VII, "c"
Fundos de Ações Referenciados	30%	40%	0,00%	1,00%	10,00%	Art. 8º, I, "a"
Fundos de Índices Referenciados	30%	40%	0,00%	0,00%	10,00%	Art. 8º, I, "b"
Fundos de Ações	20%	30%	5,00%	15,00%	30,00%	Art. 8º, II, "a"
Fundos de Índice de Ações	20%	30%	0,00%	0,00%	10,00%	Art. 8º, II, "b"
Fundos Multimercados	10%	10%	0,00%	9,00%	10,00%	Art. 8º, III
Fundos de Participações	5%	5%	0,00%	2,30%	5,00%	Art. 8º, IV, "a"
Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	10%	0,00%	0,00%	5,00%	Art. 8º, IV, "b"
Fundos de Ações - Mercado de Acesso	5%	5%	0,00%	0,00%	2,00%	Art. 8º, IV, "c"
Renda Fixa - Dívida Externa	10%	10%	0,00%	0,00%	2,00%	Art. 9º A, I
Fundos de Investimento no Exterior	10%	10%	0,00%	4,00%	10,00%	Art. 9º A, II
Ações - BDR Nível I	10%	10%	0,00%	6,00%	10,00%	Art. 9º A, III
				100,00%		

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
 Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



PREFEITURA DE
RIO PRETO



Assinado por 5 pessoas: PATRICIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO, JAIR MORETTI, EDSON EDINHO COELHO ARAUJO e ANGELO BEVILACQUA NETO
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 9DE7-D2EF-7DE5-6C56



A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico, as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento e o estudo de ALM.

6 Aquisição de títulos públicos

A aquisição direta de títulos públicos, ou seja, sem que seja através de um fundo investimento, pode ser vantajosa de diferentes maneiras.

Os fundos de investimentos cobram uma taxa de administração, que gira entre de 0,10% a 0,50% e incide sobre o total dos recursos investidos, sendo que essa taxa impacta negativamente na rentabilidade dos recursos, ainda mais no longo prazo. Além disso, os fundos de investimentos, via de regra, são marcados a mercado, tendo sua valorização ou desvalorização calculadas diariamente, de acordo com o valor da cota calculada ao final de cada dia.

Já na aquisição de títulos públicos não há incidência de taxa de administração, o que os torna mais rentáveis, e há a possibilidade de, na compra, optar pela marcação dos títulos na curva, o que significa que o valor do título corresponderá ao custo de aquisição, somado à atualização pelo respectivo indexador, no caso de títulos pós-fixados, e aos juros, que serão calculados sobre o valor de emissão do título. Ou seja, o valor investido não sofre as oscilações do seu valor de mercado, o que diminui a volatilidade da carteira de investimentos, sendo essa opção mais interessante caso o intuito seja levar os títulos ao vencimento.

Pelo exposto, fica o Comitê de Investimentos autorizado a adquirir títulos públicos federais (NTN-B), desde que estejam pagando taxas atrativas, nos limites dos vencimentos descritos no estudo de ALM, de forma a não comprometer a liquidez e a solvência do plano.

7 Considerações Finais

Este documento será disponibilizado por meio de publicação em diário oficial do município e fará parte da Política de Investimentos de 2021.

Ficam mantidos os demais termos da Política de Investimentos.

São José do Rio Preto, 16 de julho de 2021.

Aprovada pelo Comitê de Investimentos na reunião ordinária de 07/06/2021:

(assinatura digital)

PATRICIA NATO TONINATO BARTOLOMEI
Coordenador do Comitê de Investimentos em Exercício

Aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência na reunião extraordinária de 16/07/2021:

(assinatura digital)

ANGELO BEVILACQUA NETO
Presidente do Conselho Municipal de Previdência

Aprovada pela Diretoria em 16/07/2021:

(assinatura digital)

JAIR MORETTI
Diretor Superintendente

(assinatura digital)

ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO
Diretor Executivo

Representante do Ente Federativo:

(assinatura digital)

EDINHO ARAÚJO
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DE
RIO PRETO**



Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



**PREFEITURA DE
RIO PRETO**



Assinado por 5 pessoas: PATRICIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO, JAIR MORETTI, EDSON EDINHO COELHO ARAUJO e ANGELO BEVILACQUA NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 9DE7-D2EF-7DE5-6C56





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9DE7-D2EF-7DE5-6C56

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PATRICIA NATO TONINATO BARTOLOMEI (CPF 326.XXX.XXX-02) em 16/07/2021 13:36:13 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 16/07/2021 13:41:03 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ JAIR MORETTI (CPF 275.XXX.XXX-04) em 16/07/2021 13:52:35 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ EDSON EDINHO COELHO ARAUJO (CPF 496.XXX.XXX-04) em 16/07/2021 13:58:27 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SERASA RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ ANGELO BEVILACQUA NETO (CPF 736.XXX.XXX-72) em 16/07/2021 17:45:53 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/9DE7-D2EF-7DE5-6C56>